

EXISTE TEORIA SOCIAL NO BRASIL?

conceitos e debates
contemporâneos

org.

FABRÍCIO NEVES

DIOGO SILVA CORRÊA

GABRIEL PETERS

 telha

©Fabrício Neves, Diogo Silva Corrêa e Gabriel Peters

Editora Telha

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Conselho Editorial

Dra. Ana Paula P. da Gama A. Ribeiro; Dra. Camila Gui Rosatti; Dra. Carolina B. de Castro Ferreira; Dr. Daniel Moutinho; Dr. Hamilton Richard A. F. dos Santos; Dr. Jonas M. Sarubi de Medeiros; Dra. Larissa Nadai; Dra. Ludmila de Souza Maia; Dra. Maria do Carmo Rebouças; Dr. Nathanael Araújo da Silva; Dra. Priscila Erminia Riscado; Dr. Rafael França Gonçalves dos Santos; Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah; Dra. Sílvia Aguião

Produção Editorial

Publisher: Douglas Evangelista

Gerente Editorial: Mariana Teixeira

Coordenação Editorial: Mariana Teixeira

Revisão do texto: Equipe Telha

Capa: Juliana Estevo

Diagramação: Rennan Andrade

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

L732d

Existe teoria social no Brasil?: conceitos e debates contemporâneos/ Organização de Fabrício Neves, Diogo Silva Corrêa, Gabriel Peters. – Rio de Janeiro: Telha, 2024.

Autores: Renato Ortiz, Fabrício Maciel, Roberto Dutra, Sérgio Tavoraro, Simone Gomes, João Marcelo Maia, Marcelo Neves, Mariana Ferreira, Fabrício Neves, Letícia Cesarino, Marcos Nobre, Edemilson Paraná, Ana Paula Perrota, Fábio Mota, Gabriel Peters, Alexandre Werneck, Diogo Silva Corrêa, Léo Peixoto, Renan Springer.

372 p.; 15,5 X 23 cm

ISBN 978-65-5412-460-7

1. Ciências Sociais - Brasil. I. Neves, Fabrício (Organizador). II. Corrêa, Diogo Silva (Organizador). III. Peters, Gabriel (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais - Brasil

Editora Telha

Rua Uruguai 380, Bloco E, 304

Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.510-052

Telefone: (21) 2143-4358

e-mail: contato@editoratelha.com.br

Site: www.editoratelha.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EXISTE TEORIA SOCIAL NO BRASIL?	7
<i>Fabrício Neves, Diogo Corrêa e Gabriel Peters</i>	
PREFÁCIO:	
PISTAS PARA UM CAMINHO DE RETORNO À SOCIOLOGIA SISTEMÁTICA	13
<i>Carlos Sell</i>	
PARTE I	
MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO	30
<i>Renato Ortiz</i>	
CAPITALISMO: CONCEITO (AINDA) CHAVE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	40
<i>Fabrício Maciel</i>	
UM CONCEITO SISTÊMICO DE DESIGUALDADE SOCIAL: O PRIMADO DAS PRÁTICAS SOBRE AS ESTRUTURAS	53
<i>Roberto Dutra</i>	
PATRIARCALISMO E PATRIMONIALISMO:	
DUAS TRILHAS DE COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	73
<i>Sergio B. F. Tavoraro</i>	
VIOLÊNCIA ROTINIZADA	91
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
PARTE II	
PERIFERIA	107
<i>João Marcelo Maia</i>	
MODERNIDADE PERIFÉRICA: SUBCIDADANIA/ SOBRECIDADANIA E CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA	122
<i>Marcelo Neves</i>	
PERIFERIA PENSADA EM TERMOS DE FALTA	163
<i>Mariana Ferreira</i>	
REGIME DE ADMINISTRAÇÃO DA IRRELEVÂNCIA	178
<i>Fabrício Neves</i>	

PARTE III	
POPULISMO DIGITAL	194
<i>Letícia Cesarino</i>	
PEMEDEBISMO:	
ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E POSSÍVEL SIGNIFICADO ATUAL	213
<i>Marcos Nobre</i>	
ESPIRAL DE COMPLEXIDADE DA FINANÇA DIGITALIZADA	232
<i>Edemilson Paraná</i>	
POLÍTICA MUTIESPÉCIE	247
<i>Ana Paula Perrota</i>	
PARTE IV	
UMA CRÍTICA À RAZÃO CISMÁTICA: EXPLORAÇÕES	
ANTROPOLÓGICAS SOBRE PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS	268
<i>Fabio Reis Mota</i>	
HEURÍSTICA DA INSANIDADE	286
<i>Gabriel Peters</i>	
APONTAMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DA EFETIVAÇÃO	
(ISTO É, UMA SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA)	301
<i>Alexandre Werneck</i>	
SOCIOLOGIA DOS PROBLEMAS ÍNTIMOS OU INTERIORES /	
SOCIOLOGIA DAS AUTOINVESTIGAÇÕES	316
<i>Diogo Silva Corrêa</i>	
PARTE V	
“PLATAFORMAS EPISTÊMICAS” COMO POSSIBILIDADE	
DE FUNDAMENTAÇÃO DE UMA CIÊNCIA DO SOCIAL	
SUPRADISCIPLINAR E PÓS-PARADIGMÁTICA	345
<i>Léo Peixoto Rodrigues</i>	
OFERTAS SEM DEMANDA NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO	359
<i>Renan Springer de Freitas</i>	

ESPIRAL DE COMPLEXIDADE DA FINANÇA DIGITALIZADA

Edemilson Paraná²¹⁸

Tell me what the rules are and I'll figure out how we can make Money around them. (Jeffrey C. Sprecher, CEO, Intercontinental Exchange – ICE)

INTRODUÇÃO: ALGUNS DESAFIOS POSTOS À INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA DOS MERCADOS FINANCEIROS

Os mercados financeiros, interconectados globalmente, bem como muitos de seus desdobramentos, impõem-se como realidade incontornável no âmbito da crescente integração econômico-produtiva mundial. Na medida em que seus acontecimentos afetam a vida de milhões de pessoas em todo o planeta, tornam-se um problema candente para a sociologia contemporânea.

Quando pensamos nos mercados financeiros globais como questão posta à reflexão sociológica, seja em suas configurações de nascimento e desenvolvimento histórico, seja em seus aspectos tardios, de imediato, uma imagem parece se impor como barreira quase intransponível ao seu

²¹⁸ Professor do Departamento de Ciências Sociais da LUT University, Finlândia. Professor vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

conhecimento: a complexidade e o caos. Para o conjunto dos cidadãos e leigos ou mesmo para especialistas de variadas disciplinas e áreas de conhecimento, a incógnita fundamental dirige-se para as possibilidades ou impossibilidades de encontrarmos alguma ordem na imprevisibilidade caótica que parece governar o funcionamento dos mercados financeiros. Com diferentes objetivos e resultados, pesquisadores de diversas disciplinas têm lançado seus esforços de descrição e investigação nessa direção.

No campo sociológico, a abordagem construtivista, no âmbito dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), praticamente confunde-se com o que conhecemos atualmente por uma “sociologia das finanças” ou “sociologia dos mercados financeiros”. Se é verdade que os trabalhos na área são caudatários de antigos debates tradicionalmente circunscritos à sociologia econômica, é certo que apenas em seu encontro com a nova sociologia da ciência e da tecnologia, especialmente a partir da viragem promovida pelo relativismo teórico-metodológico, as finanças — em especial em sua configuração contemporânea mediada e administrada por meio de sistemas sócio-técnico-informacionais — tornam-se objeto de investigação privilegiado, recortado em termos de suas particularidades face aos demais mercados e outras dimensões da vida econômica e social. Os ESCT inauguram, assim, uma nova maneira de olhar para as finanças globais: a partir de suas redes, arranjos sociais e configurações sociotécnicas²¹⁹. A ênfase dada às redes e processos microrrelacionais que compõem, caracterizam e configuraram os mercados financeiros em suas dinâmicas particulares de funcionamento permitiu aos estudos na área produzirem textos ricos em dados empíricos e descrições minuciosas que encaminham análises que têm despertado crescente interesse em tempos de globalização financeira. As questões, abordagens e problemáticas construídas por essa linha de trabalho inauguram, assim, uma nova forma de tratar as finanças globais como objeto privilegiado de investigação sociológica.

No entanto, apesar dos inegáveis avanços de tal sociologia construtivista dos mercados financeiros, cumpre apontar uma de suas limitações: o tratamento negligenciado dado às dimensões macrosociológicas em suas análises. Ao afastarem-se de teorizações de largo alcance — dirigidas no âmbito de conceituações construídas em topologias de análise macros-

219 Para bons exemplares desta abordagem ver os textos compilados em Knorr-Cetina e Preda (2005, 2013).

sociais, como a globalização, as cadeias financeiras globais, o capitalismo, a financeirização, entre outras —, e ainda que profundamente ricos em apontamentos e descrições sociológicas pormenorizadas, tais estudos deixam escapar um conjunto de movimentos, estruturas e forças constitutivas que igualmente fazem parte da configuração deste intrigante objeto, e sem as quais este não pode ser adequadamente definido enquanto tal. É certo que esta lacuna não inviabilizou a produção de estudos microsociológicos enriquecedores e aprofundados. Tudo transcorre, no entanto, como se este último nível de abordagem fosse suficiente para compreender os movimentos e forças dos mercados financeiros globais.

É certo que os adeptos dessa abordagem rebateriam tal constatação com o apontamento de certa debilidade dos estudos de largo alcance, particularmente aqueles em diálogo com a economia política e a economia heterodoxa, quando estes terminam por ignorar um conjunto de particularidades e configurações locais igualmente inescapáveis na própria definição de como virá a ser composto tal objeto, mesmo em aspectos de alcance “globais”.

Apesar de, nesses termos postos, ser quase circular, a discussão não é despropositada. Foi exatamente este o problema, não apenas quanto à debilidade relativa de ambas as abordagens teóricas e seus correspondentes métodos de investigação, mas também à própria natureza multifacetada do objeto, que teve de ser enfrentado quando da investigação do que então defini como a “*finança digitalizada*” (PARANÁ, 2016) — o complexo técnico-operacional global de gestão da circulação, acumulação e valorização de capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados de ponta. Parte deste desafio, em uma de suas facetas, foi endereçado por meio da construção conceitual que denominei como “*espiral de complexidade*”; que passo a apresentar e desenvolver brevemente nas páginas que seguem.

No tocante à dimensão epistemológica, tal proposição conceitual busca enfrentar, mais especificamente, o seguinte problema: ao mesmo tempo em que radicalmente heterogêneos e profundamente diversos entre si, permeados que são por histórias, disputas e articulações próprias, além de características econômicas, sociais e políticas particulares que foram centrais em sua constituição enquanto mercados financeiros, o movimento da chamada *finança digitalizada*, nas distintas praças e bolsas de

valores em todo o globo, parece caminhar, em seu desenvolvimento, para uma mesma direção global-sistêmica: a compressão dos fluxos espaço-tempo²²⁰ de operação em busca de ganhos especulativos crescentes. Junto deste direcionamento, observa-se o aumento da concentração econômica em distintos níveis e o surgimento de barreiras à fiscalização e regulação, bem como o alvorecer de novos riscos²²¹ sistêmicos. Seria suficiente apontar tais tendências globais sem compreender em profundidade como se materializam localmente? Em outra direção, é capaz de sustentar-se a investigação de tais mercados apenas em suas múltiplas expressões regionais-loais, ignorando-se as grandes forças econômicas e sociopolíticas em questão?²²²

Assim é que, no âmbito da construção conceitual então proposta, objetivei, no tocante ao estudo dos mercados financeiros, oferecer uma possibilidade de operacionalização analítica que seja capaz de assumir a expressiva contingência e particularidade no nível microsocial sem necessariamente renunciar à leitura de suas regularidades e forças de direcionamento macroestruturais.

Na continuidade desta exposição, e no âmbito de um debate não exaustivo com a literatura iniciado nesta *Introdução*, busco contextualizar o problema de investigação em tela para, a partir daí, elaborar brevemente sobre a singela contribuição conceitual endereçada ao seu enfrentamento.

220 Tendência geralmente apontada como típica da “modernidade tardia”, ademais observada e discutida, em abordagens distintas, quanto aos seus desdobramentos em outros campos da vida social, por autores tais como David Harvey (1992), Anthony Giddens (1991) e, mais recentemente, Hartmut Rosa (2013).

221 Para um debate sociológico sobre o risco ver Beck (2011) e Luhmann (2008). Para uma crítica e abordagem foucaultina do risco ver os textos compilados em Burchell, Gordon e Miller (1991). Para um panorama crítico dos debates em torno de uma “sociologia do risco” conferir as contribuições organizadas em Zinn (2008).

222 Em coautoria com Fabrício Monteiro Neves, argumentei, em outro momento, que o problema das afinidades eletivas entre o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e o processo de transformação estrutural dos mercados de capitais e bolsas de valores nas últimas décadas configura um objeto privilegiado em termos da oportunidade que abre para um novo endereçamento do “velho” problema da integração micro-macro no fazer sociológico. Isso porque, conforme observamos à ocasião, concomitantemente ao desenvolvimento das grandes sínteses teóricas características do que veio a ser definido como o “novo movimento teórico” (Alexander, 1987), emergiram com força novos objetos que desafiam a imagem de sociedade que serviu de base empírica àqueles desenvolvimentos heurísticos — desafiaram principalmente no sentido de repensar a escala societal tal como fora àquela época pensada. Entre outros fenômenos situados nessa disjuntiva, dedicamo-nos o problematizar também, ali, as mudanças climáticas. Para o desenvolvimento completo de nosso argumento, ver Paraná e Neves (2017).

CONSTRUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: A FINANÇA DIGITALIZADA COMO BASE TÉCNICO-OPERACIONAL PARA O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

No bojo da reestruturação produtiva, aberta pela revolução informacional (Lojkine, 2002), das inovações técnicas e dos regimes de gestão flexível da produção e da administração disciplinar do trabalho, apoiadas no substrato material das hodiernas TIC, uma nova forma de gerir os circuitos globais de capital vem se materializando nas últimas quatro décadas: a *finança digitalizada*.

A essa realidade corresponde, entre outros acontecimentos, devido à veloz automação das atividades bancárias e financeiras, o fato de que, nos atuais mercados de ativos e bolsas de valores, as negociações de compra e venda de papéis ocorrem não mais em pregões físicos, mas em potentes computadores e centros de dados, operados 24 horas por dia em várias partes do mundo. No lugar de antigos pregoeiros, compradores e vendedores diretos de ações, estão físicos e astrofísicos, estatísticos, matemáticos e economistas formados nas melhores universidades que desenham algoritmos e estratégias de negociações automatizadas para serem realizadas na velocidade de milissegundos, por meio de sistemas computacionais de alta eficiência.

Produto, entre outros processos, da penetração das TIC — aqui entendidas como tecnologias cognitivas, que aceleram a compressão dos fluxos espaço-tempo — nos mercados financeiros em todo o mundo²²³, a *finança digitalizada* pode ser definida como

o complexo técnico-operacional e institucional de gestão global da circulação, acumulação e valorização do capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados de ponta, que aceleram movimentos em todos os níveis, de modo a ampliar as margens existentes para a exploração de ganhos financeiros com a especulação e arbitragem de papéis, moedas e outros ativos. (PARANÁ, 2016, p. 37)

Sob esse novo “complexo”, computação de alta *performance*, infraestrutura de baixa latência, *hardwares* e *softwares* de alta precisão, programados pelos melhores cérebros da informática avançada, combinam-se para

223 Para uma discussão mais detida a respeito do imbricamento entre as revoluções tecnológicas e o capital financeiro ao longo da história do capitalismo, na dinâmica das grandes bolhas financeiras e as épocas de bonança, ver Pérez (2004).

mapear, monitorar, tomar decisões e negociar ativos, comprar e vender papéis, em altíssima velocidade, por vezes sem intervenção humana, na escala dos milissegundos — em alguns casos, aproximadamente trinta ou quarenta vezes mais rápido do que uma piscada de olho humano.

Mudanças institucionais e regulatórias, levadas a cabo com especial ênfase a partir das décadas de 1970 e 1980, declaradamente voltadas para o aumento de competitividade, abriram caminho para uma estrutura de mercado favorável às negociações automatizadas. Isso porque o aumento em volume e velocidade dos negócios nos mercados, enfim liberalizados, forçou uma reconfiguração das estruturas de negociação. Em poucos anos, o tempo contabilizado no processamento de ofertas e de fechamentos de negócios nas bolsas de valores foi deixando de ser medido em minutos e segundos para ser registrado em mili, micro e até em nanossegundos. Trata-se de uma importante vantagem competitiva na mão dos atores que dispõem de tais recursos, e que encontram, dessa forma, por meio de ganhos crescentes, condições e incentivos para seguirem investindo em tais avanços. Assim, as tecnologias são superadas rapidamente umas pelas outras, em crescente nível de capacidade e sofisticação, impondo novos desafios e dificuldades para todas as categorias de investidores (e reguladores).

Desde o início da década de 1980, momento que marca a aceleração do processo de transformação econômica estrutural definido como mundialização financeira (CHESNAIS, 1998), tal avanço do desenvolvimento tecnológico, no que se refere aos mercados de capitais, segue, basicamente, duas grandes tendências: i) o forte investimento na construção de sistemas de produção e circulação de informações em tempo real; e ii) a produção de meios capazes de viabilizar a realização de negociações simultâneas em diferentes mercados na maior velocidade possível.

É sabido que o acesso a informações privilegiadas é um elemento fundamental na gestão do comércio e dos negócios. De certo modo, a mesma fórmula, ainda que em outro nível de abstração, pode ser aplicada na compreensão das razões que ativam o movimento de desenvolvimento técnico para operação nos mercados financeiros contemporâneos: antecipar, compilar e organizar informações, prioritariamente e/ou antes dos concorrentes, para obter ganhos econômicos. Daí tais dimensões, in-

formação²²⁴ e tempo, serem fundamentalmente os eixos do veloz avanço na utilização das TIC nos mercados financeiros. O tempo, fracionado em divisores infinitesimais, pode significar enormes ganhos financeiros.

Desse modo, explorando a crescente flexibilização e liberação dos mercados financeiros em âmbito global, o avanço tecnológico acabou por impor-se, assim, como uma das principais fronteiras da competição entre os investidores, ciosos de ganhos crescentemente elevados no menor intervalo de tempo possível. A trajetória de tal avanço acabou por produzir um cenário em que negociações automatizadas, ou algorítmicas (*algorithmic trading* — AT), e as negociações de alta frequência (*high-frequency trading* — HFT) são utilizadas como instrumentos de especulação e arbitragem entre diferentes ativos nos mercados, inflando o ganho dos investidores que melhor dispõem de tais tecnologias²²⁵.

É certo que tal dinâmica não passa a existir apenas por conta do desenvolvimento das TIC — afirmação que ensejaria determinismo tecnológico²²⁶ —, mas, ao mesmo tempo, não poderia, nesse quadro, ser administrado como tal sem o apoio destas tecnologias. Sem o auxílio de tais mecanismos, inúmeros ativos e instrumentos financeiros simplesmente não existiriam ou não poderiam ser negociados como tais nos mercados contemporâneos.

A *finança digitalizada* inaugura, ademais, todo um conjunto de novos acontecimentos, riscos e problemas vinculados a esta nova lógica de funcionamento. A partir dos dados levantados em pesquisa empírica sobre a temática (PARANÁ, 2018), pude observar que a eletronificação e a automatização crescente do mercado de capitais brasileiro nos últimos anos, por exemplo, é nitidamente acompanhada por aceleração de processos, aumento substancial no número e na velocidade dos negócios realizados, concentração em diferentes níveis (investidores, empresas listadas em bolsa, corretores), aumento da proeminência de investidores e corretores estrangeiros e diminuição da participação de pequenos investidores no mercado local. Não se trata de algo inédito. Nas demais praças financeiras globais, observa-se, de modo igualmente claro, a concentração, a am-

224 Ver, por exemplo, a discussão de Joseph Stiglitz (2001) referente ao “paradigma da informação imperfeita”.

225 Para dados atualizados sobre a penetração desses “robôs investidores” nos mercados de capitais de Brasil, Europa e EUA, ver Paraná (2019).

226 Para um debate a respeito do determinismo e ufanismo tecnológico a partir da sociologia e filosofia da tecnologia, ver Paraná (2016), p. 80-109.

pliação das dificuldades para a regulação e a regulamentação dos mercados, acompanhada da ocorrência de fraudes, desequilíbrios, entre outros eventos de grande instabilidade.

Isso ocorre porque, ainda que a velha racionalidade de obtenção do maior ganho no menor tempo possível mantenha-se como o eixo compreensivo do *modus operandi* da *finança digitalizada*, a nova realidade é capaz de produzir instabilidades e problemas antes não observados. Daí a importância de ser devidamente compreendida. Seja devido à crescente diminuição do “fator humano” em todas as etapas do processo de negociação nos mercados, seja por conta das novas possibilidades que abrem de ganhos literalmente “virtuais” ou “fictícios” — por meio de ativos, inovações financeiras e modelos de negociação antes inviáveis sem o auxílio de tais recursos tecnológicos —, não há como explicar devidamente os mercados financeiros no início do século XXI, e o papel que ocupam na economia globalizada, sem se adentrar na discussão a respeito de suas lógicas e dinâmicas de funcionamento operacional.

Dando um passo além, cabe notar, ademais, desde um ponto de vista macroestrutural, outro importante desdobramento desta disjuntiva: as afinidades entre o desenvolvimento das TIC, de um lado, e o processo de financeirização das economias, de outro.

Dentre as inúmeras e já amplamente conhecidas consequências da mundialização financeira, ativada pelo processo de desregulamentação, liberalização e integração dos mercados de capitais em todo o mundo, a acelerada financeirização das economias nas últimas décadas figura certamente como um de seus mais importantes e preocupantes desdobramentos. Amplamente discutida na literatura (GUTTMANN, 1998; SERFATI, 1998; STOCKHAMMER, 2000; EPSTEIN, 2001; GIFFIN, 2007; LANGLEY, 2008; ECKHARD, VAN TREECK, 2008; BRAGA, 2009; FOSTER, 2009; MOLLO, 2011A; MOLLO, 2011B; GUILLÈN, 2014), a chamada financeirização pode ser aqui entendida como o processo de reordenação da lógica geral da acumulação em prol da valorização financeira, que, dessa forma, passa a submeter o processo produtivo como um todo aos seus objetivos, temporalidades e modos de funcionamento (CHESNAIS, 1996; 2002; 2005).

Uma investigação detida a respeito dos ditames da *finança digitalizada* demonstra que o acelerado desenvolvimento tecnológico dos últimos

anos caminha *pari passu* à mencionada financeirização da economia mundial, funcionando como uma espécie de base técnica para sua ampliação material-operacional. É que ao ativar a aceleração típica dos processos de expansão do capital (HARVEY, 1992), bem como em um quadro de ampla desregulamentação dos mercados, a ampliação do desconto do futuro no presente sem a garantia de que este seja realizado como tal, o desenvolvimento dessas tecnologias tem contribuído para ampliar a autonomização relativa das finanças em relação à produção e dos circuitos de expansão do capital fictício²²⁷, concorrendo para subordinar ainda mais a acumulação produtiva à acumulação financeira.

Assim, a teórica função social conferida aos mercados financeiros nas economias capitalistas — como alocadores de necessidades econômicas, que possibilitam o encontro entre compradores e vendedores, tomadores e emprestadores de recursos, de modo a viabilizar investimentos voltados à produção capaz de gerar emprego e renda (MINSKY, 1986) — perde cada vez mais relevância, em detrimento de uma lógica crescentemente especulativa, que drena e concentra os excedentes da produção social na esfera financeira.

Excedentes estes que passam a ser novamente explorados por meio de arbitragem na escala de milissegundos, viabilizada por avanços tecnológicos de ponta. Observa-se, dessa forma, e reforça-se a partir de tais dimensões, a ampliação dos incentivos para a contaminação da lógica de curto prazo — nesse caso, curtíssimo — em distintas esferas da economia, fortalecendo seu processo de financeirização em sentido amplo.

RISCO SISTÊMICO, COMPLEXIDADE E REGULAÇÃO: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA ESPIRAL DE COMPLEXIDADE DA FINANÇA DIGITALIZADA

O acelerado processo de digitalização dos mercados, nas últimas décadas, da qual a crescente utilização de ATs e HFTs nas negociações é, contemporaneamente, uma das maiores expressões, aponta para cenários de fraude (em que a supremacia tecnológica desenha um quadro no qual poucos ganham em detrimento de muitos que perdem de modo previsível) e instabilidades adicionais na operação dos mercados de capitais,

²²⁷ Aquele cuja valorização não passa diretamente pela compra de força de trabalho. Para mais sobre, ver Marx (1988, p.8-9) e Mollo (2011b).

que, absortos pela arbitragem na escala de milissegundos, em um cenário de conectividade global, ampliam ainda mais seu risco sistêmico. Encorajados pela crença na neutralidade e infalibilidade técnica na superação dos erros advindos do “fator humano”, operadores e investidores apostam em estratégias de negociação cada vez mais ousadas e arriscadas.

A ampliação de tal risco sistêmico está intimamente vinculada ao rápido crescimento da complexidade técnica e institucional dos mercados, que motiva e é motivado pelo surgimento de inovações financeiras e pela negociação de instrumentos que não seriam possíveis senão por meio dos mecanismos existentes nesta conjuntura de intenso avanço tecnológico. Isso porque, em resposta ao desenvolvimento técnico, novos mecanismos, modos de negociação, regras de funcionamento e mesmo a existência de mercados paralelos crescem em número e complexidade, ativados sempre pela acirrada competição por ganhos cada vez mais expressivos. Somado a isso está o crescimento exponencial em volume e granularidade de dados e novas informações compiladas e processadas por tais sistemas de alta *performance*.

Cresce, ademais, no bojo desse aumento em complexidade, a opacidade dos mercados como elemento de controle e gestão de informações estratégicas na mão de elites cada vez mais fechadas de investidores, dificultando o acesso não só para os governos, os reguladores e a compreensão da sociedade, mas também para a operação de pequenos investidores, que, à margem, ficam cada vez mais dependentes de grandes fundos, corretoras e instituições financeiras para gerir seus investimentos, na maioria das vezes de modo pouco transparente. Dessa forma, além de um recurso a mais a reforçar a marcha de concentração de ganhos nos mercados, a opacidade advinda da crescente complexidade amplia riscos de gestão e governança, na medida em que poucos agentes demonstram conhecer de fato como funcionam os atuais mercados financeiros digitalizados. De modo adicional, o próprio crescimento dessa complexidade operativa abre novas oportunidades de negócios, uma vez que demanda ainda mais investimentos em tecnologias que possibilitem gerir de modo minimamente eficiente as operações financeiras em ambientes de tal natureza. A própria gestão da complexidade torna-se, dessa forma, um negócio atrativo, especialmente para grandes empresas de ponta do setor tecnológico. Tal tendência geral para a complexidade crescente se objetiva, de diferen-

tes modos, nos variados mercados, nos diversos países e regiões, a partir de seus distintos contextos históricos, sociotécnicos e regulatórios.

Assim, a partir de estudos e observações realizadas no âmbito da referida pesquisa, pude identificar a recorrência de alguns “padrões” gerais de operação nos mercados de capitais digitalizados, no interior dos quais suas diferenças se expressam em contextos particulares, no tocante ao que, a partir de então, busquei sistematizar na definição de uma “*espiral de complexidade*” (da *finança digitalizada*). Por meio dessa formulação, sustento que a ciranda de ampliação de riscos sistêmicos nos mercados financeiros não se dá apenas e meramente pela adoção de avanços tecnológicos, ainda que estes sejam fundamentais na objetivação desse cenário. Tal espiral, que busca apreender e representar a dinâmica complexa da relação entre ganhos financeiros e avanços tecnológicos nos mercados de capitais, pode ser descrita, resumidamente, da seguinte forma: i) a busca por ganhos financeiros inexplorados demanda meios técnicos que possibilitem ultrapassar as atuais fronteiras materiais e técnicas à sua obtenção; ii) a adoção de tais tecnologias enseja a necessidade de novas configurações institucionais, modos e dinâmicas de operação sociotécnica nos mercados, que se reconfiguram a partir das condições socioeconômicas presentes e dos embates políticos e sociais em torno de seus desdobramentos; e, por fim, iii) as possibilidades abertas a mais ganhos advindas do novo ambiente institucional e tecnológico incentivam, por meio da concorrência entre os investidores e do investimento em pesquisa e produção, o desenvolvimento e a implantação de novas soluções técnicas, que voltam a alimentar esse círculo de complexidade crescente (figura 1) — cujo motor de movimento é a concorrência em busca de ganhos crescentes.

Desse modo construída, tal conceitualização não aponta, como se vê, para uma submissão simplória do aspecto tecnológico ao econômico, mas, diversamente, para uma dinâmica de influência mútua — perpassada por dimensões sociais e políticas diversas, capazes de dar múltiplos e variados contornos a esse processo — ainda que, sim, governada, em última instância, direta ou indiretamente, pela busca do ganho econômico como horizonte instrumental.

Figura 1



Fonte: elaboração própria.

Em suma, como vimos, um conjunto transformações ocorridas nas últimas décadas concorreram para reforçar os mercados financeiros como sistemas sociotécnicos que combinam a ação direta e indireta de humanos e não humanos, parte de um complexo que denominei como *finança digitalizada*. Sob este, observa-se crescer os volumes e, especialmente, os números de negócios realizados nos mercados vinculados ao encurtamento dos fluxos de tempo-espço em busca de ganhos especulativos crescentes e ao consequente aumento das dificuldades postas à ação reguladora. De onde, por fim, se veem presas vultosas somas de capitais na esfera financeira, cada vez mais concentradas na mão de grandes investidores, e que encontram, por isso, dificuldades adicionais para se conectarem às necessidades econômicas e produtivas mais prementes da vida social. Compreender, em abstrato, a partir de suas tendências gerais, tal complexo sistêmico, e de que modo compõe e é composto por seus elementos concretos, torna-se fundamental diante da tarefa de investigação das condicionantes e consequências da ação de tais robôs e seres humanos em processo de integração no mundo financeiro — intento que a generalização objetivada com a formulação conceitual desta *espiral de complexidade* busca iluminar.

A partir desta, podemos pensar o uso crescente de computadores e tecnologia da informação em sistemas financeiros *vis a vis* sua opacidade e complexidade crescentes. Uma tal configuração que, a despeito de sua aparente aleatoriedade, indica caminhar na direção do reforço de assimetrias de informação, instabilidades operacionais e aprofundamento do risco sistêmico.

Se a emergência da *finança digitalizada* é, como se disse, resultado do encontro de processos macroestruturais — nomeadamente, a revolução in-

formacional, vinculada ao desenvolvimento das TIC, com a constituição de um regime global de acumulação com dominância da valorização financeira nas últimas quatro décadas —, a formalização conceitual em torno desta *espiral de complexidade* pode contribuir para operacionalizações analíticas de médio alcance que, assim, não sem os ajustes necessários à luz de cada contexto particular, podem quiçá melhor informar o trabalho de investigação local dos mercados à luz das referidas tendências globais; de dinâmicas microsituadas à luz de processos macrosociais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. C. O Novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987. p. 5-28.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRAGA, J. C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, São Paulo, 2009.

BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

_____. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

ECKHARD, H.; TREECK, T. 'Financialisation' in post-keynesian models of distribution and growth – a systematic review. **IMK Working Paper**, n. 10, 2008.

EPSTEIN, G. Financialization, rentier interest, and central bank policy. In: **Conference On Financialization Of The World Economy**, University of Massachusetts, Amherst dez. 2001.

FOSTER, J. B. A financeirização do capital e a crise. **Outubro**, n. 18, 1 semestre, 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIFFIN, K. M. Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, 2007. p. 1491-1504.

GUILLÉN, A. Financialization and financial profit. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 3, jul./set. 2014. p. 451-470.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Org). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KNOOR-CETINA, K.; PREDA, A. (Eds). **The Sociology of Financial Markets**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **The Oxford Handbook of the Sociology of Finance**. New York: Oxford University Press, 2013.

LANGLEY, P. Financialization and consumer credit boom. **Competition & Change**, v. 12, n. 2, 2008. p. 133-147.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUHMANN, N. **Risk: a sociological theory**. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

MARX, K. **O Capital**. v. III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINSKY, H. P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MOLLO, M. L. R. Financeirização como desenvolvimento do capital fictício: a crise financeira internacional e suas consequências no Brasil. Brasília: UnB, abr. 2011a. (Série **Textos para Discussão**, n. 358).

_____. Capital fictício, autonomia, produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual. **Revista Economia**, Brasília, v. 12, n. 3, set./dez. 2011b. p. 475-496.

PARANÁ, E. **A Finança Digitalizada**: capitalismo financeiro e revolução informacional. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. A digitalização do mercado de capitais no Brasil: tendências recentes. **Texto para discussão**, n. 2370. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

_____. **Digitalized Finance**: financial capitalism and informational revolution. Leiden, Boston: Brill, 2019.

PÉREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financeiro**: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

ROSA, H. **Social acceleration**: a new theory of modernity. New York: Columbia University Press, 2013.

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. (Org). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

STIGLITZ, J. Information and the change in the paradigm in economics. **Nobel Prize Lecture**, dec. 2001.

STOCKHAMMER, E. Financialisation and the slowdown of accumulation. **Working Paper**, n. 14, 2000.

ZINN, J. (Ed.), **Social theories of risk and uncertainty**: an introduction. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008.

Impresso em setembro de 2024